

## Painel / Linha temática 5

Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das “crises” às alternativas



### Mesa 5.2

## "Governança e Inovação Social"

**Comentador**  
Silvia Ferreira<sup>1</sup>

**Moderador**  
Michel Fernandes

**Coordenação**  
Beatriz Caitana da Silva<sup>2</sup>

### Oradores e Comunicações

Nº	Orador	email	Título comunicação	Instituição
63	Daniel Roedel	droedel@ig.com.br	Governança: espaço de legitimação de poder ou construção de uma nova hegemonia?	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Programa de Políticas Públicas e Formação Humana
101	Sarah Cledia Malta Ferreira	sarahferreira@campus.ul.pt	Políticas Públicas de incentivo à governança: estratégias de mitigação do risco da seca no Brasil e em Portugal	Universidade de Lisboa
141	Cristina Pace	pace.cristina@hotmail.it	A State Without Conceptual Borders? Cultural Diversity and Human Rights in the 21st Century	IFL-FCSH-UNL, Universidade Nova de Lisboa

<sup>1</sup> Silvia Ferreira é professora auxiliar em Sociologia, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, investigadora do Centro de Estudos Sociais e do Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social da FEUC. É docente nos três níveis de estudos, nas licenciaturas em Sociologia e Economia, Mestrado em Sociologia, Mestrado em Roads to Democracy, Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo. É co-coordenadora do programa de Doutoramento em Sociologia e é membro da direção do CES.

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Economia – FEUC, Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, especialista em Movimentos Sociais e Democracia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente atua no Projeto Portal da Inovação Social – PIS – Ces/Lisboa. Possui experiência na área da inovação social, tendo participado na Incubadora do Programa SESI de Empreendedorismo Social. É membro – fundador da Incubadora Social Académica – ISFEUC, vinculada a Faculdade de Economia da UC. Tem interesse em investigação sobre os mecanismos de transferência dos saberes, e do papel social das universidades na construção de novas respostas aos problemas sociais a partir de estudos de caso sobre incubadoras universitárias.

## **Governança: espaço de legitimação de poder ou construção de uma nova hegemonia?**

---

Daniel Roedel<sup>3</sup>

Este trabalho aborda a emergência da governança como mecanismo de modernização da gestão pública, recomendado por instituições multilaterais, que se propõe a ser democrático, transparente e eficiente na busca por resultados para a sociedade. Porém, hegemônica pela ideologia neoliberal, presente na globalização contemporânea, a governança reforça as premissas do Estado mínimo e da sociedade de mercado, contribuindo para a manutenção de uma relação de dependência do poder público para com o capital, legislando em seu favor e financiando suas demandas em detrimento de demandas emanadas da sociedade. É nesse contexto de associação entre iniciativa privada e poderes públicos que se inserem os Arranjos Produtivos Locais – APL, agrupamentos de empresas que visam ao desenvolvimento local. Porém, a constituição da governança dos APL, subordinada fundamentalmente pelos interesses privados, favorece uma orientação econômica e socialmente excludente, a despeito de sua constituição contar com a presença de representantes de instituições públicas, principais financiadoras dos projetos dos APL. No entanto, por envolver representantes da sociedade civil no acompanhamento e controle da ação pública, a governança pode se inserir na gestão, inverter a agenda hegemônica e construir uma outra agenda sintonizada com as demandas efetivas do processo social. Para tanto, há que se intensificar a participação política da sociedade civil no processo de formulação, execução e controle da ação da governança. Tecnologias de informação e de comunicação, atualmente presentes na ação política de movimentos sociais, podem ser importantes instrumentos de mobilização e de transparência da governança. Identificar a agenda da governança, as demandas locais e o papel exercido pelos agentes públicos são essenciais para se avaliar a potencialidade da governança assumir uma orientação pública na aplicação de recursos públicos construindo uma contra-hegemonia para um outro modo de desenvolvimento, que preconize uma agenda para além do capital.

---

3 Administrador de Empresas pela UFRJ, Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, MSc em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV-RJ e DEA em Inteligência Competitiva pela Université Aix Marseille . Foi diretor de Recursos Humanos do SENAI-SP, Assessor de Administração Estratégica da Direção Geral do SENAI Nacional e Diretor de Educação e Tecnologia do SENAI/CETIQT. Atuou ainda em outras empresas nacionais. Co-autor dos livros Gestão Estratégica da Informação e Inteligência Competitiva e Gestão da Informação, Inovação e Inteligência Competitiva, publicados em 2005 e 2012, respectivamente. Sócio-dirigente da PLURIMUS Educação e Cultura, editor da revista eletrônica Plurimus Cultura e Desenvolvimento em Revista e docente em cursos de pós-graduação lato sensu. Atua em gestão e estratégia, projetos sociais, educação e responsabilidade social. Palestrante em eventos nacionais e internacionais. Membro da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Conselho Regional de Administração-RJ, da qual participa desde 2008.

## **Políticas Públicas de incentivo à governação: estratégias de mitigação do risco da seca no Brasil e em Portugal**

---

Sarah Cledia Malta Ferreira<sup>4</sup>

Os anos 1990 foi marcado por uma tendência à inovações na gestão de políticas públicas com a descentralização e abertura ao envolvimento social no processo de tomada de decisão através do incentivo à governação. Concomitantemente a isto houve o destaque a assuntos relacionados às questões ambientais, o que contribuiu para a saliência da necessidade de um discurso integrador capaz de abarcar novos debates, como o das mudanças climáticas, e seu discurso acerca do aumento da severidade e frequência de eventos extremos como a seca. Assim, as novas políticas públicas ambientais trazem em seu bojo sementes ligadas à governação e às mudanças climáticas. Neste sentido este estudo, inserido num projeto de doutoramento focado na governação da seca nas bacias hidrográficas do Guadiana, Portugal, e de Piancó-Piranhas-Açú, Brasil, busca verificar como as políticas públicas brasileira e portuguesa se adaptaram a estas exigências contemporâneas e como a governação apresenta-se nestes países como nova estratégia de mitigação dos efeitos deste risco nestas nações, após essa reflexão procurar-se-á verificar quais são os maiores empecilhos e potencialidades que afetam efetivação da governação da seca. Para isto será realizada uma revisão bibliográfica do modo como a seca vem sendo tratada nestes países nas últimas décadas, com especial atenção à mudanças na lidação da seca pós 1990; serão analisados quais órgãos governamentais, normativas e directivas se dedicam no auxílio da gestão de situações de escassez de água e quais os incentivos que estes instrumentos proporcionam à implementação da governação. Como resultado parcial verifica-se que existem diversas normativas incentivadoras da governação na gestão do risco nestes países, sobretudo no período pós 1990, todavia há uma carência de instrumentos que possibilitem de facto este envolvimento dos múltiplos atores na tomada de decisão, o que tende a tornar a gestão do risco da seca menos eficiente e eficaz.

---

4 Graduada em 2010 pela Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Ourinhos. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente na análise e percepção de impactos ambientais de usinas hidrelétricas em comunidades de pescadores, com enfoque nas disputas pela água. Atualmente é doutoranda pela Universidade de Lisboa, com participação das Universidade de Aveiro e Coimbra, em Território Risco e Políticas Públicas, com a orientação da Professora Doutora Margarida Maria de Araújo Abreu Vilar de Queirós (Universidade de Lisboa) e co-orientação do Professor Doutor Antonio Cezar Leal (UNESP). Em sua pesquisa de doutoramento se debruça sobre a relação entre a governação do risco da seca e a política da água em Portugal e no Brasil, estudando a aplicabilidade de preceitos de governação do risco da seca nas bacias hidrográficas de Piancó-Piranhas-Açu (Brasil) e Guadiana (Portugal).

## A State Without Conceptual Borders? Cultural Diversity and Human Rights in the 21st Century

---

Cristina Pace<sup>5</sup>

In an increasingly globalized world, borders and their meaning are becoming malleable and the world is shrinking in terms of place and time. Space, borders and time perceptions have changed and this has a strong impact on the relationship between place and identity, on the individual's identification with and against the "Other". While the challenges brought by globalization concretized a fast metamorphosis of the old concept of Nation-state, urging a reconceptualization of the theory of sovereignty; cosmopolitanism, with its claim to universality and new ethical-legal standards, became the philosophical perspective giving meaning to the universality of human rights, as opposed to nationalism and national particularities. In this essay the cosmopolitan theory is analyzed in comparison with the classical Westphalian model, still considered as the dominant governance model, notwithstanding the development of international and supra-national institutions, like the European Union, proposing a new model of "global governance", citizenship and integration strategies. The main challenge forward is the one of reconciling the universal claim of cosmopolitanism and universality of human rights with the appeal of minorities (often marginalized communities) to the defense of relativism and cultural diversity; conciliating the ambition to create a "cosmopolitan democracy" and global civil society, with the claim to a "local democracy", against standardization and misuse of power. Assuming the fact that social conflicts and discrimination tend to take root and become stronger in a time of crisis, increasing crimes and illegality; it is assumed that, a non-appropriate integration model, especially in a time of crisis, can lead to phenomena of racial and ethnic discrimination, jeopardizing social cohesion and threatening security. The main aim of this paper is the one of analyzing the role of a supranational institution like the European Union in dealing with the "threatening" of the universality of human rights and the new, contemporary challenges of post-Westphalian nation-states.

---

<sup>5</sup> Cristina Pace, PhD candidate in Philosophy at IFL/FCSH/UNL (Lisbon). PhD Fellowship awarded by FCT (Portuguese Foundation for Science and Technology) since 2012. Former Marie Curie Research Fellow at the Institute for International Law and International Relations of the University of Graz (Austria) in the framework of "SPBUILD: Sustainable Peace Building". E. MA, European Master's Degree in Human Rights and Democratisation, awarded by EIUC (European Inter-University Centre for Human Rights and Democratisation). Recent publications and presentations include: Robert Alexy's A Theory of Constitutional Rights critical review: key jurisprudential and political questions, *DINÂMIA'CET*, WP no 2012/01, Balancing Rights in the Information Society: Human Rights and the Protection of Public Security, in *Human Security Perspectives - Issue 1/2012*; Behind the Charter: the EU Ethical-Legal Identity in an International Order in: "The EU: A Global Power in the making? Europe's present and future role in a changing world" (Springer Verlag 2013).